



SCOPE INVEST
funding experts

“SISTEMA DE INCENTIVOS À INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (SI I&DT) ” “PROJETOS DEMONSTRADORES INDIVIDUAIS ”

Fase de candidaturas: 04 de dezembro 2017 a 31 de janeiro 2017 (19h)

Porto

Largo Luís de Camões, Edifício Rainha,
9º Andar, Sala 1
3720-232 Oliveira de Azeméis - Portugal

Lisboa

Rua Fradesso da Silveira,
n. 4, Piso 3B,
1300-609 Lisboa

T. +351 256 307 086
T. +351 210 337 709
E. geral@scopeinvest.pt
www.scopeinvest.pt

Última versão atualizada a 5 de dezembro de 2017

Índice

1. *Enquadramento*
2. *Tipologia de Projetos*
3. *Condições de elegibilidade: Beneficiários*
4. *Condições de elegibilidade: Operações*
5. *Critérios específicos de acesso*
6. *Forma, nível e limites do apoio*
7. *Despesas elegíveis*
8. *Mérito do Projeto*
9. *Serviços Scope Invest*

1. Enquadramento

A retoma e o reforço do investimento público e privado em I&D e na inovação assumem-se como prioridades críticas na estratégia de crescimento do produto potencial da economia portuguesa. Importa, assim, **promover a inovação do tecido económico nacional** através do desenvolvimento de empresas e empreendedores, inovando nos contextos de produtos e nos processos tecnológicos, organizacionais e de marketing.

Com este objetivo, são disponibilizados apoios a projetos de empresas, alinhados com os domínios prioritários da Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (RIS3), que assentem em **atividades de I&D concluídas com sucesso** e que visem a **validação industrial do conhecimento** associado a novas tecnologias suscetíveis de serem aplicadas em produtos, processos e ou sistemas, no sentido de **demonstrar, perante um público especializado e em situação real**, as vantagens económicas e **divulgar a nova tecnologia** que se pretende difundir.

2. Tipologias de Projetos

Os projetos a apoiar inserem-se na tipologia “Projetos Demonstradores” na modalidade “**projetos individuais**”.

Esta tipologia abrange projetos **demonstradores de tecnologias avançadas e de linhas-piloto**, que, partindo de **atividades de I&D concluídas com sucesso**, visem evidenciar, **perante um público especializado e em situação real**, as vantagens económicas e técnicas das novas soluções tecnológicas que **não se encontrem suficientemente validadas do ponto de vista tecnológico para utilização comercial**. O carácter público das ações de demonstração a realizar deve ser sempre assegurado, permitindo aos potenciais adotantes das tecnologias a visualização da sua aplicação em ambiente real.

As referidas atividades de I&D concluídas com sucesso **podem ou não** ter sido desenvolvidas pelo promotor, devendo ser sempre evidenciadas.

3. Condições de elegibilidade: Beneficiários

São beneficiários deste apoio **toda e qualquer entidade** que, **independentemente da sua forma jurídica**, exerce uma **atividade económica através da oferta em concorrência de bens ou serviços** no mercado.

Os beneficiários devem cumprir os seguintes critérios de elegibilidade:

- a. Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- b. Não ser uma empresa em dificuldade;
- c. Declarar que não se trata de uma empresa sujeita a uma injunção de recuperação, ainda pendente;
- d. Declarar que não tem salários em atraso;
- e. Apresentar uma situação económico-financeira equilibrada;
- f. Designar um responsável técnico do projeto.

4. Condições de elegibilidade: Operações

Os projetos a apoiar devem cumprir os seguintes critérios de elegibilidade:

- a. Ter data de candidatura anterior à data de início dos trabalhos,
- b. Inserir-se nos domínios prioritários da estratégia de investigação e inovação para uma especialização inteligente;
- c. Demonstrar que se encontram asseguradas as **fontes de financiamento** do projeto;
- d. Demonstrar a **viabilidade e sustentabilidade económica e financeira** da empresa;
- e. Apresentar uma **caracterização técnica** e um **orçamento suficientemente detalhados** e fundamentados, com uma estrutura de custos adequada aos objetivos visados e assegurar o adequado controlo orçamental do mesmo através de um sistema que permita aferir adequadamente a imputabilidade das despesas e custos do projeto;
- f. Iniciar a execução do projeto no prazo **máximo de seis meses**, após a comunicação da decisão de financiamento;

4. Condições de elegibilidade: Operações (continuação)

- g. Demonstrar o efeito de incentivo;
- h. Identificar e justificar as **incertezas de natureza técnica e científica** que sustentam o caráter de I&D do projeto, demonstrando que as soluções encontradas não poderiam ser desenvolvidas por alguém que tenha os conhecimentos e competências básicos nos domínios técnicos da área em questão;
- i. Ter caráter inovador alicerçado em **atividades de I&D concluídas com sucesso**;
- j. Envolver recursos humanos qualificados cujos currículos garantam a sua adequada execução;
- k. Ser sustentados por uma **análise da estratégia de investigação e inovação (I&I)** da empresa, que identifique e caracterize, no presente, e para um horizonte temporal de três anos, as áreas de investigação prioritárias, recursos críticos afetos à atividade de I&D e o seu alinhamento global com a estratégia de desenvolvimento de negócio;
- l. Ter uma **duração máxima de execução de dezoito meses**, exceto em casos devidamente justificados;

4. Condições de elegibilidade: Operações (continuação)

- m. Prever a **demonstração em situação real** da utilização ou aplicação do produto, processo ou sistema alvo do projeto;
- n. Prever um **plano de divulgação ampla** junto de empresas potencialmente interessadas na aplicação das soluções tecnológicas que constituam seus resultados, bem como de outros potenciais interessados na tecnologia a demonstrar;
- o. Quando o projeto se inserir numa **nova atividade económica** o beneficiário tem de demonstrar que o projeto visa expandir o âmbito de atividade económica da empresa.

5. Critérios específicos de acesso

Os projetos a apoiar devem satisfazer as seguintes condições específicas de acesso:

- a. Enquadrar-se nos domínios prioritários da estratégia de investigação e inovação para uma especialização inteligente (**ENEI e/ou EREI**);
- b. No caso específico das candidaturas ao POR Lisboa são elegíveis as que se enquadrarem na Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI) ou na Estratégia Regional de Especialização Inteligente de Lisboa (EREIL);
- c. O projeto deve integrar um **investimento elegível mínimo de €150.000**, sendo que esta condição deve ser verificada à data de candidatura, decisão e encerramento;
- d. Prever a realização de uma **sessão de demonstração em situação real** de utilização ou aplicação do produto/processo/sistema objeto do projeto, a qual deverá ter um caráter público, permitindo aos potenciais adotantes das tecnologias a visualização da sua aplicação em ambiente real;
- e. Ter uma **duração máxima de 18 meses**;

5. Critérios específicos de acesso

- f. Prever um **plano de divulgação ampla** junto de empresas potencialmente interessadas na aplicação das soluções tecnológicas que constituem os resultados do projeto, bem como de outros potenciais interessados na tecnologia a demonstrar;
- g. Os beneficiários deverão apresentar uma **situação económico financeira equilibrada**:
 - Não PME => Rácio de autonomia financeira não inferior a 0,20;
 - PME => Rácio de autonomia financeira não inferior a 0,15;
 - Entidades não empresariais do sistema de I&I => Situação líquida positiva.

Sempre que seja necessária a apresentação de um balanço intercalar reportado à data de candidatura (ou a uma data anterior - nunca superior a 3 meses da data de candidatura), o mesmo deve ser certificado por um ROC, não podendo corresponder a um exame simplificado, devendo ser apresentado juntamente com a candidatura;
- h. Para efeitos de comprovação do **estatuto PME**, as micro, pequenas e médias empresas devem obter ou atualizar a correspondente Certificação Eletrónica através do sítio do IAPMEI.

6. Forma, nível e limites do apoio

Natureza do apoio:

➤ **Regiões menos desenvolvidas NUTS II (Norte, Centro e Alentejo)**

Taxa base máxima de incentivo de **25%**, que pode ser acrescida das seguintes majorações:

- i. Investigação Industrial (25 p.p. a atividade de I&D classificadas como tal);
- ii. Tipo de empresa (10 p.p. a médias empresas ou 20 p.p. a micro e pequenas empresas);
- iii. Divulgação ampla dos resultados (15 p.p.).

➤ **Região NUTS II Lisboa** – Taxa máxima de cofinanciamento de **40%**

➤ **Região NUTS II Algarve** - Empresas - taxa máxima de cofinanciamento de **62%**

Ao abrigo do presente Aviso para apresentação de candidaturas cada promotor empresarial apenas poderá apresentar **duas candidaturas**.

6. Forma, nível e limites do apoio (continuação)

Os apoios a conceder no âmbito deste Aviso revestem a forma de incentivo **não reembolsável e reembolsável**, nas seguintes condições:

- Projetos com um incentivo **inferior ou igual a 1 M Euros** por beneficiário - **incentivo não reembolsável**;
- Projetos com um incentivo **superior a 1 M Euros** por beneficiário - incentivo **não reembolsável até ao montante de 1 M Euros**, assumindo o montante do incentivo que exceder este limite a modalidade de incentivo **não reembolsável numa parcela de 75%** e de incentivo **reembolsável para a restante parcela de 25%**, sendo que esta última parcela será incorporada no incentivo não reembolsável sempre que o seu **valor for inferior a 50.000 euros**.

7. Despesas elegíveis

Consideram-se elegíveis no âmbito da presente medida as seguintes despesas:

Custos diretos:

- a. Despesas com **peçoal técnico** do beneficiário dedicado a atividades de I&D, incluindo bolseiros contratados pelo beneficiário com bolsa integralmente suportada por este;
- b. Aquisição de **patentes** a fontes externas ou por estas licenciadas, a preços de mercado, e que se traduzam na sua efetiva endogeneização por parte do beneficiário;
- c. **Matérias -primas, materiais consumíveis e componentes** necessárias para a construção de instalações piloto ou experimentais e ou de demonstração e para a construção de protótipos;
- d. Aquisição de **serviços a terceiros**, incluindo assistência técnica, científica e consultoria, bem como os custos decorrentes da utilização de plataformas eletrónicas de inovação aberta e «crowdsourcin»;
- e. Aquisição de **instrumentos e equipamento científico e técnico**, na medida em que for utilizado no projeto e durante a sua execução;

7. Despesas elegíveis (continuação)

Custos diretos:

- f. Aquisição de **software específico** para o projeto, na medida em que for utilizado no projeto, e durante a execução do mesmo;
- g. Despesas com a **promoção e divulgação dos resultados** de projetos de inovação de produto ou de processo com aplicação comercial junto do setor utilizador final ou de empresas alvo, incluindo a inscrição e aluguer de espaços no estrangeiro, excluindo despesas correntes e ou com fins de natureza comercial;
- h. **Viagens e estadas no estrangeiro** diretamente imputáveis ao projeto e comprovadamente necessárias à sua realização, excluindo deslocações para contactos e outros fins de natureza comercial;
- i. Despesas com o processo de **certificação do sistema de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação** certificado segundo a NP 4457:2007, designadamente honorários de consultoria, formação e instrução do processo junto da entidade certificadora;

7. Despesas elegíveis (continuação)

Custos diretos:

- j. Despesas com a intervenção de auditor técnico-científico;
- k. Custos com a intervenção de Técnicos Oficiais de Contas ou Revisores Oficiais de Contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento até ao limite de 5.000 euros por projeto;
- l. Adaptação de edifícios e instalações** na medida em que forem utilizados no projeto, e durante a execução do mesmo;
- m. Transporte, seguros, montagens e desmontagens de equipamentos e instalações** específicas do projeto;
- n. Despesas inerentes à aplicação real no setor utilizador, até ao limite máximo de 15% das despesas elegíveis do projeto;
- o. Modelos computacionais** dos protótipos com funções de simulação, quando adequados à demonstração dos resultados.

7. Despesas elegíveis (continuação)

Custos indiretos:

Os custos indiretos compreendem todos os custos elegíveis que não podem ser identificados pelo promotor como diretamente imputáveis ao projeto, mas que se encontram relacionados com os custos diretos elegíveis atribuídos ao mesmo.

Os custos indiretos são calculados com base em custos simplificados, assentes na aplicação da taxa fixa de **25% aos custos elegíveis diretos**, com exclusão daqueles que configurem subcontratação e recursos disponibilizados por terceiros.

8. Mérito do Projeto

A metodologia de cálculo para seleção e hierarquização dos projetos é baseada no **indicador de Mérito do Projeto (MP)**, determinado pela seguinte fórmula:

$$\mathbf{MP = 0,3 A + 0,2 B + 0,2 C + 0,3 D}$$

em que:

A = Qualidade do projeto;

B = Impacto do projeto na competitividade da empresa;

C = Contributo do projeto para a economia;

D = Contributo do projeto para a convergência regional.

Os projetos são ordenados por ordem decrescente em função do MP e por data de entrada da candidatura (dia/hora/minuto/segundo).

9. Serviços Scope Invest

Os nossos serviços de apoio ao processo de candidatura e execução do projeto são:

1

*Enquadramento
e preparação
Pré-candidatura*

2

*Instrução e
Submissão da
candidatura*

3

*Acompanhamento
na
contratualização*

4

*Apoio Técnico à
implementação*



SCOPE INVEST

funding experts

Porto

Largo Luís de Camões, Edifício Rainha,
9º Andar, Sala 1
3720-232 Oliveira de Azeméis - Portugal

Lisboa

Rua Fradesso da Silveira,
n. 4, Piso 3B,
1300-609 Lisboa

T. +351 256 307 086
T. +351 210 337 709
E. geral@scopeinvest.pt
www.scopeinvest.pt